

RESUMO

O problema que direcionou esta pesquisa derivou da seguinte constatação: a gestão democrática na escola pública, embora prevista na Constituição Federal (BRASIL, CF, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, LDB, 1996) e bastante explorada na literatura acadêmica, ainda traz muitas dúvidas àqueles que se encontram no exercício de funções gestoras nas escolas. Parece que muitos gestores desconhecem o sentido epistemológico do termo democracia, porém defendem a gestão democrática em suas falas e encenam sua aplicação em ambientes escolares. Partiu-se das seguintes questões: No entender do gestor escolar e dos docentes, qual(is) a concepção de gestão democrática e quais os desafios/dificuldades para sua efetivação na escola? Qual o perfil esperado do gestor no século XXI? A pesquisa teve por objetivo geral investigar as dificuldades e os desafios enfrentados pelo gestor escolar no desenvolvimento da gestão democrática e participativa em uma escola pública estadual do interior de São Paulo, cotejando os discursos oficial e teórico com a prática do gestor no ambiente escolar cotidiano. Foram objetivos específicos: (a) explorar a concepção de gestão democrática e participativa na legislação e em estudos acadêmicos; (b) explorar o perfil esperado do gestor escolar no século XXI na legislação e em estudos acadêmicos; (c) investigar quais concepções sobre gestão democrática vigoram no ambiente escolar; (d) observar a existência de clima colaborativo na escola e sua relação com a gestão democrática; (e) levantar as condições sistêmicas oferecidas para efetivação da gestão democrática no cotidiano. A hipótese preliminar formulada foi a de que há uma fragilidade no conceito de democracia instituído para as escolas brasileiras, sendo que o discurso sobre gestão democrática defendido nas políticas públicas é assumido pelos profissionais da escola, mas que não se consolida em práticas que se baseiam num entendimento profundo sobre o sentido da democracia na escola. O apoio teórico tem por base principal Lima, Lück, Paro, Libâneo e Falsarella, além de outros autores que se mostraram relevantes no decorrer da investigação. Quanto ao desenho metodológico, a pesquisa, de caráter quali-quantitativo, foi desenvolvida em uma escola pública estadual de Ensino Fundamental II e Ensino Médio do interior de São Paulo. Foi feita a exploração da legislação e de textos teóricos sobre o tema e coleta de dados em campo, tendo por instrumentos dois questionários, um para a equipe gestora e outro para os docentes da unidade escolar. As respostas aos questionários foram tabuladas, agrupadas e organizadas em categorias para análise com base no apoio teórico. Como resultado, foram identificados fatores ligados a práticas democráticas e participativas ou, pelo contrário, condutas autoritárias e/ou empecilhos, internos e externos à escola, impeditivos de tais práticas. As principais conclusões foram: a gestão democrática está alicerçada na conjuntura de atitudes e ações que propõem a participação coletiva, ou seja, a comunidade escolar (professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais funcionários) é considerada sujeito ativo na gestão. Entretanto, sua consolidação e efetivação no interior da escola se mostra processo frágil e vulnerável a diversos fatores internos e externos. Como produto foi elaborado um relatório-síntese a ser apresentado e debatido com a equipe escolar.

Palavras-chaves: Gestão Democrática. Gestão Participativa. Efetivação da gestão democrática. Práticas de gestão. Desafios do novo gestor.